

## ACQUÁRIO CEARÁ: UM ELEFANTE BRANCO NO CARTÃO POSTAL DA CIDADE DE FORTALEZA

**João Fernando Fernandes Farias**

Discente – Centro Universitário FAMETRO - UNIFAMETRO  
(joao.farias@aluno.unifametro.edu.br)

**Simone Menezes Mendes**

Docente – Centro Universitário FAMETRO - UNIFAMETRO  
(simone.mendes@professor.unifametro.edu.br)

**Área Temática:** Produção do Espaço, Ocupação, Gestão e Cidadania

**Área de Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Encontro Científico:** X Encontro de Iniciação à Pesquisa

### RESUMO

O bairro Praia de Iracema sofreu muitas transformações socioespaciais ao longo dos anos, tendo em vista que a região passou por uma transição que parecia inevitável. De casas simples constituídas de madeira e palha, o bairro a partir dos anos 1980 começa a modificar sua configuração espacial, perdendo aos poucos suas características de bairro residencial e caminhando para se tornar um bairro majoritariamente turístico. Nesse período transitório, a população mais carente se viu refém dos interesses do mercado imobiliário, sendo impactadas por obras de requalificação cujo único objetivo era econômico, e a falta de diálogo entre Estado e população agravou ainda mais essa situação. Com isso, este artigo tem como objetivo expor todo o processo de ocupação do bairro Praia de Iracema e suas mudanças de ocupação do solo, tendo como base a legislação urbana dos períodos analisados. Com base em artigos, teses, dissertações e sites foi possível expor os impactos das intervenções urbanas nas famílias mais humildes, com todo um retrospecto culminando nas obras do Acquário Ceará.

**Palavras-chave:** Segregação espacial; Praia de Iracema; Acquário Ceará.

### INTRODUÇÃO

Um dos problemas enfrentados pelas grandes metrópoles brasileiras é a falta de planejamento dos projetos para a cidade em conjunto com a população.

Essa falta de interação e diálogo entre o poder público e o povo, que promove exclusão e desigualdade social, pode ser uma das responsáveis por vários problemas urbanos e sociais, como nas áreas da saúde, educação, habitação e segurança pública, cujas inconveniências são sentidas com mais intensidade pelas camadas mais vulneráveis da sociedade, que se ressentem da falta de representatividade e de participação, demonstrando a violação do direito à cidade (GONDIM, 2008).

Um bom exemplo de lacuna de entrosamento entre a municipalidade e a população, é o bairro Praia de Iracema em Fortaleza, cujas várias intervenções urbanas realizadas ao longo das últimas décadas só têm reforçado a exclusão socioespacial: enquanto o poder público investe em equipamentos voltados para o turismo, problemas como infraestrutura e moradia são negligenciados. Paiva, Hissa e Lima (2014) equiparam a priorização da indústria do turismo ao método romano *panem et circenses*<sup>1</sup>, que tais ações parecem querer esconder, tirar o foco dos reais problemas da área.

No início do século XIX, então conhecida como Praia dos Peixes ou Prainha, era usada como ponto de escoamento de mercadorias por rota marítima através do Porto que ali existia, iniciado em 1807 com a construção de um píer (LIMA, 2021), além de outros no decorrer do século XIX, como o píer Ellery (1844) e um terceiro píer (1870), que não foi adiante em função de problemas operacionais causados pela violência das correntezas e o constante assoreamento do local. Na tentativa de conter o assoreamento e má funcionamento em maré baixa, foram construídos quebra-mares e colocadas embarcações para drenagem da areia, conhecidas como dragas<sup>2</sup>, que acabou por denominar o local de ancoradouro e manutenção dessas embarcações como Poço das Dragas.

Em 1879, com a instalação do ramal ferroviário da Estrada de Baturité, ligando o Porto à Estação Ferroviária, o Porto da Praia de Iracema tornou-se o principal ponto de exportação da produção regional de algodão, café e pastoreio, permitindo o escoamento dos produtos para as outras regiões do Estado (ALMEIDA, 2014). Devido às atividades portuárias, alguns galpões e armazéns se instalaram na área, alguns deles se configuram como patrimônio arquitetônico da cidade, como a sede antiga da Alfandega<sup>3</sup>. Ainda em 1923 foi dado início às obras de construção da Ponte dos Ingleses, cuja finalidade seria desafogar o tráfego da Ponte Metálica (antigo porto), porém devido à escassez de verba e ao interesse do poder público em viabilizar a transferência das atividades portuárias para o Mucuripe, as obras foram suspensas, sendo retomadas apenas décadas depois, em 1994, como ponto turístico e de lazer.

---

<sup>1</sup> Política ocorrida em Roma que distribuía migalhas de pão a população e havia espetáculos públicos, cujo objetivo era entreter a população para que elas não protestassem devido ao desemprego e demais problemas sociais.

<sup>2</sup> Equipamento responsável por retirar o aterramento de solo, rochas e lodos nos fundos de rios e portos.

<sup>3</sup> Atualmente Centro Cultural da Caixa (CEF).

Em relação à habitação, as primeiras residências da Praia do Peixe eram tradicionalmente barracos de madeira e palha, moradias dos pescadores. Posteriormente, com a moda europeia dos banhos de mar terapêuticos, a partir da década de 1920, a cidade voltou os olhos para a região da praia, provocando o afluxo de banhistas e a instalação de bangalôs e bares para o usufruto da população de mais alta renda. A gradual transferência dos serviços portuários para o Mucuripe, concluída na década de 1940, liberou a área para configurar local de veraneio, com a construção de restaurantes e hotéis, ficando o bairro conhecido pela boêmia (LIMA, 2021). Em consequência da nova frequência elitizada, e para desassociar das antigas atividades pouco glamurosas, o bairro foi denominado em homenagem ao escritor José de Alencar, como Praia de Iracema. De acordo com Lima (2021), à medida que a localização nobre se consagrava, os moradores de mais baixa renda foram gradativamente segregados.

Em 1940, em função da construção da infraestrutura do Porto do Mucuripe, montou-se o cenário para transformação da Praia de Iracema:

- Aconteceu a evasão dos navios, que então passaram a movimentar o Mucuripe, deixando ociosas as instalações alfandegárias e depósitos (LIMA, 2021);

- Mudou a dinâmica das marés, que resultou na diminuição da faixa de areia na Praia de Iracema, forçando a população que ali residia a se instalar nas proximidades da Ponte Metálica, dando início a formação da Comunidade Poço da Draga (ALMEIDA, 2014).

A partir de 1950, a Praia de Iracema passou a ser ocupada por famílias de retirantes, que fugiam da seca no interior, que se refugiaram nas proximidades, o que fez com que parte da elite se transferisse, passando a ocupar novas localizações residenciais da época como, Aldeota, Montese e Parangaba. Com o passar dos anos a praia de Iracema, reforçado pelo seu caráter boêmio com bares e clubes, recebeu incentivos para o desenvolvimento do turismo no planejamento urbano do município (EVANGELISTA, 2013).

Assim, o presente artigo se dedica a explanar sobre as transformações e intervenções ocorridas na área, remontando à dinâmica urbana de um bairro inicialmente residencial, que se tornou um dos principais endereços do turismo na capital cearense, analisando aspectos legislativos que resultaram na instalação polêmica do Acquário Ceará, questionando as reais prioridades do Estado enquanto gestor.

## METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente artigo foram feitas pesquisas bibliográficas em artigos, teses, dissertações, acesso à sites buscando entender as dinâmicas espaciais ocorridas ao longo dos anos no bairro Praia de Iracema. Para entender o processo de formação do bairro em questão, este artigo se apoiou nos textos de LIMA (2022), que relata a instalação das primeiras famílias no bairro, as dinâmicas da área portuária e a chegada da classe abastada, a instalação dos bares, restaurantes e casas de shows, o que tornou esse bairro conhecido pela boemia. Sobre o processo de segregação das famílias mais humildes, a pesquisa se apoia nos textos de ALMEIDA (2014) e GONDIM (2008).

Como forma de entender a evolução espacial do bairro e suas formas de ocupação, este artigo se debruça sobre a legislação urbanística municipal dos anos 1979, 1996, 2009 e 2017. Nessa análise pôde-se perceber como artifícios legislativos abriram espaço para que a Praia de Iracema perdesse sua característica residencial horizontalizada, para atender à demanda do mercado imobiliário, cenário evidenciado na obra de EVANGELISTA (2013).

Para uma análise crítica do Acquário Ceará, consultou-se os documentos e relatórios emitidos na época de sua aprovação e início da construção, além da obra de PAIVA, HISSA e LIMA (2014), que analisa os impactos ambientais e urbanos que esse equipamento traria não só para o bairro, mas para o Estado do Ceará.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mudanças de configuração espacial do bairro se acentuaram a partir da década de 1980, modificando a tipologia construtiva de casarões e bangalôs, iniciando-se com novas formas de uso e ocupação do espaço (EVANGELISTA, 2013), com a publicação da Lei nº5122-A/1979, que classificou a Praia de Iracema como Zona de Praia, admitindo edifícios multifamiliares de até 10 pavimentos, com altura máxima de 40 metros.

Com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS, Lei nº 7987/1996) o bairro passou a integrar o Trecho V da Área de Faixa de Praia<sup>4</sup>, denominada de Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema, que se dividia por sua vez em 3 setores, sendo os setores 1 e 3 destinados ao uso habitacional multifamiliar e de hotelaria, onde seriam permitidos Índices de Aproveitamento superiores aos estabelecidos anteriormente para a área, que era de 1,0, admitindo-se edificações superiores à 48 metros de altura.

---

<sup>4</sup> De acordo com a LUOS, a Área de Faixa de Praia continha dez trechos, destinados às atividades de esporte e lazer.

Assim, na mesma época, sob o governo estadual de Tasso Jereissati, foram iniciadas as obras de requalificação na Praia de Iracema, cujo objetivo era o embelezamento da orla marítima para fins turísticos, não contemplando a necessidade de saneamento básico, a pavimentação da região do Poço da Draga e a existência dos muitos galpões industriais desativados, herança histórica do porto de Iracema. Foi construído um novo calçadão (1992) e concluída a Ponte dos Ingleses (1994), juntamente com a restauração do Restaurante Estoril<sup>5</sup>.

Entretanto, os arredores degradados, a presença dos moradores de baixa renda com seus bares e comércios populares e os prostíbulos foram alguns dos fatores que fizeram com que o objetivo não fosse alcançado em sua integralidade (ALMEIRDA, 2014). Segundo Evangelista (2013), ao longo dos anos a Praia de Iracema foi perdendo sua característica de bairro boêmio e tendo o perfil associado ao turismo sexual, segregando e marginalizando os residentes.

Em 2007, um novo projeto de requalificação urbana foi proposto, objetivando trazer de volta usos de lazer para área, prevendo a reconstrução de vias de passeio, ciclovias, espaços de lazer e drenagem urbana. As obras<sup>6</sup> foram iniciadas em 2008, porém, após muitas paralizações acabaram sendo entregues apenas alguns anos depois.

A publicação do Plano Diretor Participativo (PDP, Lei nº 0620/2009) enquadrou a área onde o bairro está inserido como Zona de Orla III, instituindo também como Zona de Preservação do Patrimônio, Histórico, Cultural e Arqueológico, a qual, dentre os objetivos, destaca-se o incentivo ao uso de lazer, turismo, cultura, educação, comércio e serviços. Assim, no mesmo ano foi anunciado um projeto que buscava promover o turismo especializado, ofertando à população cearense lazer de qualidade com um equipamento que buscava desenvolver atividades educativas, alertando para os problemas ambientais e atentando para a preservação das águas (RIMA, 2011). É nesse cenário que surge o projeto Acquário Ceará.

No mesmo período o Ceará atravessava um longo período de estiagem, quando as comportas do açude Castanhão tiveram que ser abertas, o Governo do Estado do Ceará usou o pretexto fantasioso de recuperar da autoestima do cidadão cearense tendo orgulho em possuir um Oceanário de classe internacional, alegando-se que o Acquário Ceará pretendia valorizar a região através da melhoria da infraestrutura social.

---

<sup>5</sup> Originalmente o primeiro bangalô de veraneio construído na Praia do Peixe, denominado de Vila Morena.

<sup>6</sup> Alguns trechos como a nova reforma do Estoril, do Pavilhão Atlântico, trabalho de contenção marinha e o aterramento próximo a Ponte dos Ingleses.



Porém as polêmicas em torno do aquário não se resumiriam somente à questão da água (ou da falta desse recurso). O terreno escolhido estava localizado na orla marítima, onde anteriormente fora instalada a sede do DNOCS, área classificada como Zona de Proteção Ambiental II<sup>7</sup> (ZPA II), que determina, em seu artigo 63 que “se destina à preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais”, configurando-se como área *non aedificandi*.

Diferente das orientações legislativas para um projeto dessa monta, não houve consulta pública para sua elaboração. O projeto de autoria do escritório cearense *IMAGIC!*, demandado pelo Governo do Estado sob gestão de Cid Gomes, contou com um orçamento prévio de R\$250 milhões. De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental<sup>8</sup> (RIMA, 2011), a pretensão era de realizar o maior oceanário da América Latina, e o segundo do mundo (RIMA, 2011), com área construída de 21.500 m<sup>2</sup> e utilizando um total de 15 milhões de litros d’água.

Outra questão importante para perceber como os processos foram atropelados, ao interesse do poder público: o Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental foi emitido somente em 2011, um ano após o início das obras, sendo entregues o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em setembro do mesmo ano. Refuta-se, além disso, pontos não mencionados no EIA-RIMA aprovado pela SEUMA: como seria feito o abastecimento dos 25 aquários em um período de forte estiagem? Como seria feito o sistema de descarte dos efluentes dos tanques, com possíveis contaminações e invasão de espécies exóticas, causando desequilíbrio à biota local?

O empreendimento foi alvo de diversos embargos ao longo dos anos por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério Público Federal (MPF) em decorrência das irregularidades no licenciamento ambiental anteriormente mencionadas, além de erros na licitação da contratação da empresa especializada em construção de aquários internacionais *International Concept Management* (ICM), e do empréstimo feito pelo o Governo do Estado ao banco estrangeiro *Ex-Im Bank*, sem aprovação do Senado Federal.

Assim, desde 2015, quando da mudança da gestão estadual, as obras do Acquário Ceará permanecem paralisadas, 70% concluída com toda sua estrutura e infraestrutura de tubulações finalizadas e sem expectativa de conclusão.

---

<sup>7</sup> De acordo com o PDP, as Zonas de Proteção Ambiental correspondem à faixa de praia, muito perto do mar.

<sup>8</sup> O RIMA é o documento que subsidia a Licença Ambiental do empreendimento, junto ao poder público, elaborado a partir de um Termo de Referência exarado pelo órgão público responsável, que pode ser SEMACE ou SEUMA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do processo de implantação do Acquário Ceará, entendendo que um equipamento dessa magnitude iria supervalorizar a região, provocando a gentrificação do local, e que sua expulsão seria quase inevitável, a comunidade do Poço da Draga, vizinha imediata do empreendimento percebeu-se ameaçada. Porém, atualmente, diante do esqueleto de uma obra inacabada e abandonada, a comunidade local convive com um elefante branco, sem utilidade, gerando sujeira e água empoçada, infestação de ratos e insetos, promovendo insegurança, enquanto a população de todo o Estado do Ceará aguarda o desfecho dessa história de avolumado desperdício de verbas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André Araújo. **Segregação Urbana na Contemporaneidade: O Caso da Comunidade Poço da Draga na Cidade de Fortaleza**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Sp, 2015. Cap. 2. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/389>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- EVANGELISTA, Isolda Machado. **Uma Leitura sobre a Praia de Iracema – Fortaleza (CE): Transformação Socioespacial do Lugar e suas Representações**. 2013. Tese (Pós-Graduação) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Sp. 2013. Cap 4. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104428>. Acesso em: 23 set. 2022.
- GONDIM, Linda M. P. (Fortaleza). **A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-CE)**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 97-114, 30 nov. 2008. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/202>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- LIMA, Assis. Praia de Iracema. **Arquivo Assis Lima**, 2021. Disponível em: <https://assislima.com.br/2021/02/20/praiadeiracema/>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- MENDES, Simone M. **Corredor Gastronômica da Varjota em Fortaleza: dinâmicas urbanas e conflitos socioespaciais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFC. Fortaleza: UFC, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38707>. Acesso em 18 ago. 2022.
- PAIVA, Ricardo Alexandre; HISSA, Marina Cavalcante; LIMA, Mariana Quezado Costa. **O Acquário do Ceará: Cidade, Arquitetura e Espetáculo**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA, URBANISMO E DESIGN DA ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITECTURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA - ARQUITETURAS DO MAR, DA TERRA E DO AR, 3., 2014, Lisboa. [S.L.], 2014. p. 1-11. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336839263\\_O\\_Acuario\\_do\\_Ceara\\_Cidade\\_Arquitetura\\_e\\_Espetaculo](https://www.researchgate.net/publication/336839263_O_Acuario_do_Ceara_Cidade_Arquitetura_e_Espetaculo). Acesso em: 18 fev. 2022.